A Política dos Grandes Números

Simon Schwartzman

outubro de 1995

Qual o tamanho da pobreza brasileira? Trinta e dois milhões de indigentes? Vinte milhões de analfabetos? Pior que a Botswana? Será que o IBGE não exagera o problema da pobreza, ao não enxergar a economia informal? E camufla a dimensão verdadeira do problema da educação, por não pesquisar o analfabetismo funcional? A economia está ou não em recessão? Em qual índice de inflação devemos acreditar? Quantos habitantes tem o Brasil, e cada um de seus municípios? Será que o Censo de 1991 contou direito a população? Como é possível governar um país sem números verdadeiros? Como acreditar nos números de uma instituição governamental que deve fazer o que o governo diz? Como acreditar nos números de uma instituição que dizem estar cheia de técnicos filiados a partidos da oposição? Como confiar em números de instituições privadas, que têm seus próprios interesses a defender? Como confiar nos números?

Basta refletir um pouco sobre estas dúvidas para percebermos que se trata de uma questão muito mais complexa do que simplesmente "ter" ou "não ter" os dados, ou de que os dados sejam "verdadeiros" ou "falsos." Um livro recente de Alain Desrosières, do Instituto Nacional de Estatísticas da França (*La Politique des Grands Nombres - Histoire de la Raison Statistique* - Paris, La Découverte, 1993), desde o título já coloca o tema em seus devidos termos Os dados estatísticos, e sobretudo os "grandes números" produzidos pelas instituições governamentais de pesquisa, não são um simples produto da cabeça dos estatísticos, economistas e sociólogos, mas o resultado de um processo constante de negociação entre os técnicos e diferentes setores da sociedade civil e do governo, que vão definindo, em conjunto, quais as informações a sociedade deseja ter, organizadas de que forma, e com que freqüência, e com que grau de confiabilidade. A palavra "política", que Desrosières usa de propósito em seu título, não significa que os dados são manipulados

ao bel-prazer dos interesses de cada um, mas que eles são construídos no espaço que se forma entre a "razão técnica" dos especialistas e os interesses e motivações da sociedade, que vão colocando questões sucessivas que os especialistas precisam responder - sobre a pobreza, o emprego, a educação, a cultura, as migrações internacionais, a qualidade de vida de cada um.

Esta construção política dos grandes números é comum a todos os países. O que varia, e muito, é a solidez do edifício que resulta deste casamento da razão técnica com a razão política. Nos países desenvolvidos, a solidez é tal que é necessário quase que um trabalho de arqueologia para desvendar a origem social e política das informações produzidas pelos seus órgãos estatísticos. Em países em desenvolvimento, é ainda preciso insistir muito sobre a importância dos alicerces institucionais e técnicos sem os quais a sociedade não consegue respostas para as perguntas que se coloca a si mesma todo o tempo.

Os dados não falam por si mesmos, é preciso sempre entender como foram construídos, com que propósito, e com quais limitações. Quando conseguimos ir além dos simples números, então eles cobram seu verdadeiro sentido, e adquirem sua verdadeira importância. É importante desmitificar as estatísticas, não para nos desfazermos delas, mas para colocá-las efetivamente a serviço da sociedade.